

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER**  
**JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DO ES**  
**AGRAVANTE : FLÁVIO ALMEIDA DE MENEZES**  
**AGRAVANTE : FLÁVIA MARIA HADDAD FAFA**  
**AGRAVANTE : FLÁVIA ANDRADE DE ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : FERNANDO ANTONIO BERSAN PINHEIRO**  
**AGRAVANTE : FERNANDA MAGALHAES DIAS DOS SANTOS**  
**AGRAVANTE : FERNANDA FELIPE GOMES**  
**AGRAVANTE : FÁBIO SALVADOR TOSCANO**  
**AGRAVANTE : FÁBIO GOBETTI**  
**AGRAVANTE : EVERARDO CRUZ ROLLO**  
**AGRAVANTE : EUSTAQUIO MENDONÇA**  
**ADVOGADO : LUÍS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA -**  
**ES006942**  
**AGRAVADO : UNIÃO**

### **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL E DOS EMBARGOS POR AUSÊNCIA DE LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA GENÉRICA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO DO JULGADO REGIONAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ.

1. Afasta-se a alegada ofensa ao arts. 489, II, § 1º e 1.022, I e II, do CPC/2015, porquanto a instância ordinária dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ, bem anotada pelo decisório agravado.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

### **ACÓRDÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina  
Relator

